



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO CIDADÃO

4ª Edição, 2015

Visão: Assegurar a participação do Cidadão em todas as fases do processo orçamental desde a elaboração, execução e controlo.

Missão: Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado.

Caro Cidadão

No âmbito da transparência orçamental e envolvimento de todas as esferas da sociedade civil no debate em torno do Orçamento do Estado e boa governação, o Ministério da Economia e Finanças traz a 4ª edição do Orçamento Cidadão, o qual incorpora a informação resumida do Orçamento do Estado para o exercício económico de 2015, que marca o início do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019.

Como é do conhecimento geral, em 2014 realizaram-se as 5ªs Eleições Gerais no País e o Presidente eleito tomou posse em Janeiro do presente ano. Por conseguinte, o novo Governo foi formado em Janeiro e elaborou o Orçamento do Estado para 2015, que iniciou com base no Orçamento do Estado de 2014 reconduzido, por forma a garantir o contínuo funcionamento das instituições do Estado.

Orçamento do Estado para 2015

O Orçamento do Estado para 2015 marca o início do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, com enfoque na “melhoria das condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos”.

A Política Orçamental para 2015 e o Plano Económico e Social (PES) materializam as Prioridades e Pilares do PQG 2015-2019, nomeadamente: (i) consolidação da unidade nacional e a paz e reforçar a soberania; (ii) desenvolvimento do capital humano e social; (iii) promoção do emprego, produtividade e competitividade; (iv) desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais e; (v) gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente; Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização, Ambiente Macro-Económico Equilibrado e Sustentável, e Reforço da Cooperação Internacional.

Pressupostos Macroeconómicos

Os pressupostos básicos para a elaboração do Orçamento do Estado para 2015 têm como base a previsão do crescimento real do PIB de 7,5%, uma taxa de inflação média anual de 5,1% e um aumento médio dos salários na função pública de cerca de 9%.

	2013 Real	2014 Previsão	2015 Previsão
PIB nominal (milhões MT)	470,472	526,495	594,649
Crescimento real do PIB (%)	7,4	7,4	8,5
Inflação média anual (%)	4,2	2,6	5,1

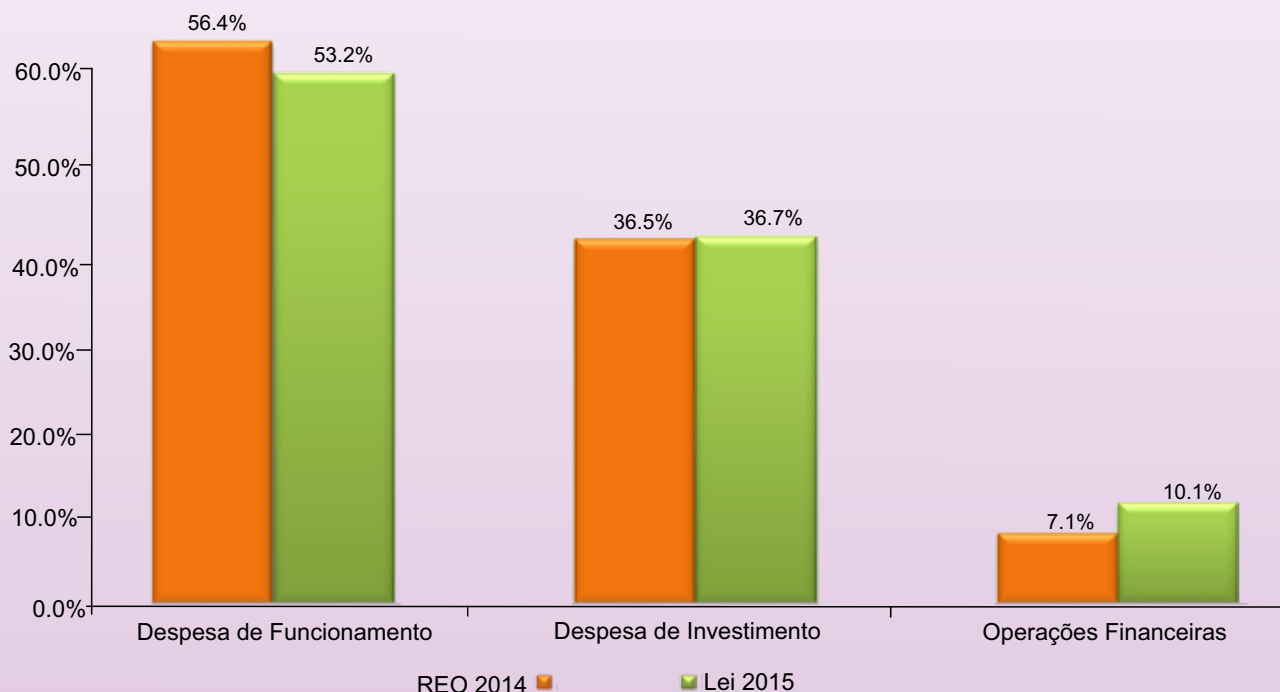
Previsão de Recursos no Orçamento do Estado para 2015

O total de Recursos do Estado em 2015 será de 226.425,1 milhões de MT, dos quais 160.707,8 milhões de MT o que corresponde a 27,0% do PIB, 9.182,6 milhões de MT ao Crédito Interno e 56.547,7 milhões de MT são de origem externa, sendo 20.463,7 milhões de MT de donativos e 36.070,9 milhões de MT de créditos.

Previsão das Despesas do Estado

As despesas do Estado deverão atingir em 2015 o montante de 226.425,1 milhões de MT, o que corresponde a 38,1% do PIB, resultando numa redução de 1,3pp face a 2014. Deste montante, 20,2% do PIB, o equivalente a 53,2% da despesa total, estão previstos para a despesa de Funcionamento, 21,6% do PIB, que correspondem a 36,7% da despesa total para as Despesas de investimento, e 3,8% do PIB, o equivalente a 10,1% da despesa total para as Operações Financeiras do Estado.

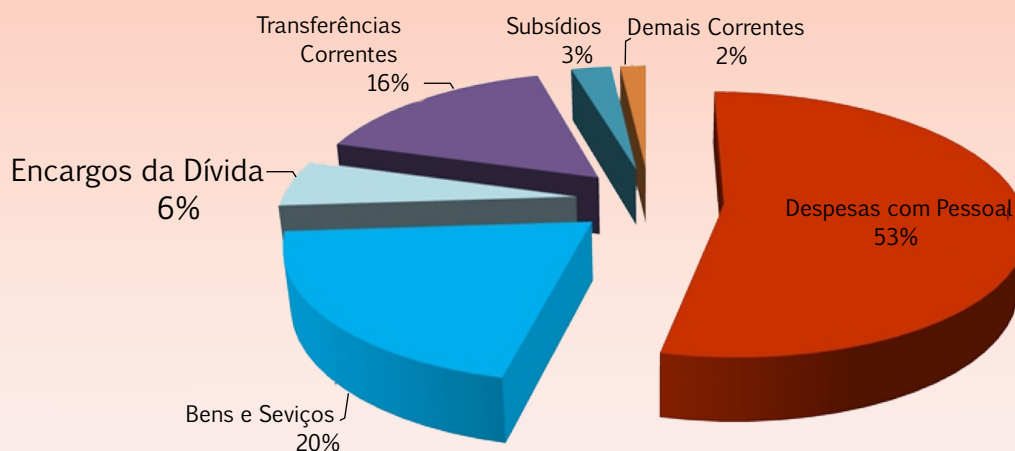
Gráfico 1. Estrutura das despesas do Estado para 2015 (% da Despesa Total)



Despesas de Funcionamento

As Despesas de Funcionamento estão fixadas em 120.351,7 milhões de MT, o correspondente a 20,2% do PIB, que apresentam um decréscimo de 2,0pp face a realização de 2014.

Gráfico 2. Composição das Despesas de Funcionamento



Estão programadas admissões de 11.019 novos funcionários no aparelho do Estado e promoções, progressões e mudanças de carreira de cerca de 13.500 funcionários, com enfoque para o sector da Educação e Saúde, cujo impacto total é de 1.658,0 milhões de MT.

As novas contratações de professores na educação vão permitir reduzir para 61 o número de alunos por professor e na saúde elevará o número de médicos de 6,5 para 7,3 e de técnicos de saúde de 94 para 98,8 para cada 100 habitantes.

Previsão das Despesas nas Áreas de Protecção Social

De forma a prosseguir com a implementação da Estratégia de Protecção Social Básica que tem como objectivo mitigar o impacto do custo de vida da população mais desfavorecida, está previsto o montante de 3.522,3 milhões de MT, onde o número de beneficiários passará dos 439.144 previstos em 2014 para cerca de 475.097, em 2015, um aumento nominal de 8,2%.

Quadro 3. Previsão das Despesas nas Áreas de Protecção Social

Programas (10 ⁶ MT)	2012 Lei	2013 Lei	2014 Lei	2015 Lei
Subsídio Social Básico	629.5	1,307.9	1,596.7	1,640.8
Apoio Social Directo	260.8	333.0	673.6	678.3
Acção Social Produtiva	-	49.0	268.3	1,108.5
Serviços Sociais de Acção Social	115.4	113.1	132.8	94.6
TOTAL	1,005.7	1,803.0	2,671.4	3,522.3

Subsídios as Empresas e aos Preços

As despesas com Subsídios estão fixadas em 0,5% do PIB, que significa uma manutenção face a 2014. Em termos globais estão programados cerca de 3.157,1 milhões de MT, distribuídos da seguinte forma.

Subsídios às empresas no valor de 1.347,7 milhões de MT para o financiamento de défices de exploração das empresas tuteladas pelo Estado;

- Subsídio aos preços no montante de 1.809,4 milhões de MT, dos quais:
 - Subsídio aos preços da farinha de trigo para panificação, no valor de 475,0 milhões de MT.
 - Subsídio ao combustível, no montante de 1.118,4 milhões de MT;
 - Subsídio aos transportadores, estimado em 216,0 milhões de MT.

Despesas de Investimento

Ao nível das Despesas de Investimento, para 2015 está estimado o montante de 83.179,6 milhões de MT, equivalente a 14 % do PIB, uma redução em cerca de 0,4pp do PIB comparado com o valor despendido em 2014. A componente interna está estimada em 44.881,3 milhões de MT, o correspondente a 7,5% do PIB e a componente externa em 38.298,2 milhões de MT, o equivalente a 6,4% do PIB.

O Orçamento do Estado para 2015 marca o início da implementação do Plano Integrado de Investimento (PII), o qual promove uma visão de médio e longo prazos sobre os projectos prioritários tais como, projectos de infra-estruturas de transporte, energia e hidroagrícolas, que asseguram uma produção eficaz de bens e serviços e que garantem a circulação de mercadorias no território nacional e na região de forma eficaz e eficiente.

Quadro 4. Principais Projectos do PII

Sector	Designação do Projecto	Valor (10 ³ MT)
Infraestruturas	Projecto e Construção da Barragem Moamba Major	765,499.29
	Projecto e Construção da Barragem de Mapai	4,469.67
	Continuação da Construção da Estrada Circular	94,933.00
	Construção da Ponte Maputo Ka-Tembe	100,000.00
	Reabilitação de Estradas	1,773,912.88
Energia	Electrificação de novas Sedes Distritais	308,653.00
	Projecto de Apoio na Mineração, Prospecção e Pesquisa nas Áreas de Mineração de pequena Escala	215,227.00
Saúde	Continuação da Construção do Hospital Central de Quelimane	60,000.00
	Construção de Hospitais Distritais (Macia, Massinha, Mocimboa da Praia, Mopeia, Pebane, Montepuez)	768,500.00
Educação	Construção e Reabilitação de Escolas e Salas de Aulas	2,975,806.39
	Carteiras Escolares	141,998.93
	Ensino Superior	1,998,821.74

A Despesa Total nos sectores económicos e sociais situar-se-á em 124.874,8 milhões de MT, o que representa 63,5% da despesa total excluindo os encargos da dívida e operações financeiras, conforme o quadro a seguir.

Quadro 5. Despesas nos Principais Sectores Económicos e Sociais

	Real 2014	Lei 2015	Real 2014	Lei 2015
	Milhões de MT		% da Despesa Total	
Educação	37,122.7	44,745.1	19.8%	22.8%
Saúde	17,125.2	20,131.7	9.1%	10.2%
Infra-estruturas	22,680.5	31,054.7	12.1%	15.8%
Estradas	17,268.6	17,965.2	9.2%	9.1%
Águas e Obras Públicas	3,596.8	10,133.0	1.9%	5.2%
Recursos Minerais e Energia	1,815.1	2,956.4	1.0%	1.5%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	11,639.4	17,854.0	6.2%	9.1%
Sistema Judicial	3,525.6	4,001.7	1.9%	2.0%
Accao Social e Trabalho	6,509.7	7,087.5	3.5%	3.6%
Total Sectores Económicos e Sociais	98,603.0	124,874.8	52.7%	63.5%

Principais Acções Sectoriais

Educação e Desenvolvimento Humano (orçamento global: 10.879,8 milhões de MT)

Para 2015, o PES prevê um crescimento dos serviços de educação em 6,4% resultantes do aumento em 9% dos efectivos escolares, induzido pelos investimentos em construção de escolas e salas de aulas em todos os níveis de ensino, público e privado.

Em termos de cobertura, espera-se que em 2015, a taxa de escolarização aos 6 anos na 1ª classe seja de 80% no total, e 79% para as raparigas, (82,4% no total e 79,5% para as raparigas, em 2014). A redução relativa deste indicador resulta da expansão do acesso ao ensino primário para as áreas rurais remotas, com a abertura de novas escolas. Dentre outras acções destacam-se:

- Construção e reabilitação de Escolas e Salas de Aulas;
- Aquisição e distribuição de Carteiras Escolares;
- Desenvolvimento do Ensino Superior;
- Aquisição e distribuição do Livro Escolar;
- Reforma da Educação Técnico-Profissional.



Saúde (orçamento global: 8.313,7 milhões de MT)

Prevê-se para 2015, um crescimento nos serviços de saúde em 8,4%, que irá contribuir no aumento de número de pessoas atendidas nas consultas externas, atendimento de partos institucionais e melhoria de serviços de internamento de utentes.

O Governo pretende igualmente (i) elevar a taxa de cobertura das vacinações completas em crianças menores de 12 meses de idade para 87%; (ii) elevar para 95%, o número de crianças com idade entre os 6-59 meses suplementadas com vitamina A cobrindo cerca de 4 milhões de crianças, (iii) atingir 69% de cobertura de novas utentes de métodos de contracepção moderna, bem como (iv) incrementar o número de pessoas com acesso ao Tratamento Anti-Retroviral para cobrir 650.938 adultos e 99.086 crianças, em todo o País.

Importa ressaltar que para este ano este sector irá priorizar a:



- Prosseguimento das obras de Construção do Hospital Central de Quelimane;
- Construção de Hospitais Distritais;
- Desenvolvimento de infraestrutura de nível IV - saúde materno infantil;
- Apoio à pulverização;

Infraestruturas (orçamento global: Estradas Água e Saneamento-29.587,9 milhões de MT)

- Projecto de construção da Barragem de Moamba Major;
- Projecto de Construção da Barragem de Mapai;
- Prosseguimento da construção da Estrada Circular;
- Construção da Ponte Maputo-Ka Tembe;
- Reabilitação e construção de Estradas.



Agricultura e Desenvolvimento Rural (orçamento global: 14.453,4 milhões de MT)

- Programa inovativo de transferência de tecnologias do sector agrário;
- Aquisição e distribuição de sementes;
- Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Revitalização da cadeia de valor do algodão;
- Apoio ao desenvolvimento agrário.



Acção Social e Trabalho (orçamento global: 1.813,2 milhões de MT)



- Programa Subsídio Social Básico;
- Programa de Apoio Social Directo;
- Programa Acção Social Produtiva;
- Programa de Serviços sociais de acção social;
- Reabilitação e ampliação de infantários;
- Integração Social e psicológico dos grupos alvos da acção social: crianças, deficientes, idosos e tóxico-dependentes.

Sistema Judicial (orçamento global: 1.280,6 milhões de MT)

- Informatização dos Registos e Notariado;
- Construção, reabilitação e apetrechamento das conservatórias dos Registos e Notariado;
- Reabilitação e construção de instalações.



Desenvolvimento local (orçamento global: 3.822,8 milhões de MT)

Para o financiamento dos projectos de iniciativa local de investimento estão previstos recursos para os Distritos assim distribuídos:

Quadro 6. Alocação aos Projectos de Iniciativas de Desenvolvimento Distrital

Em milhões de MT	2013	2014	2015
Fundo de Desenvolvimento	1,333.2	1,395.5	1,513.01
Infra-estruturas Distritais	1,706.8	1,875.6	2,169.80
Combate a Pobreza Urbana (PERPU)	140.0	140.0	140.00
Total	3,180.0	3,411.2	3,822.8

Receitas Provenientes das Actividades Mineira e Petrolífera

O Orçamento do Estado para 2015 continuará a alocar a percentagem de 2,75% das receitas geradas pela exploração mineira e petrolífera a serem canalizadas para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os projectos. Deste modo, para 2015 adoptou-se um novo critério de alocação destes fundos, tendo em conta o nível de arrecadação do imposto de produção mineira observado do ano anterior.

Esta medida visa minimizar o impacto negativo da volatilidade destas receitas quando ocorrem choques externos, tais como: redução/subida do preço do petróleo, com um impacto no nível de arrecadação. As transferências às Comunidades para 2015 estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 7 Transferências para as Comunidades

Província	Distrito	Localidade	Valor 10^6MT
Inhambane	Govuro	Pande	777.17
	Inhassoro	Maimelane	3,261.92
Tete	Moatize	Catembe	3,258.74
		25 de Setembro	3,258.74
		Chipanga II	3,259.71
		Benga	1,101.75
Nampula	Moma	Topuito	3,915.17
Total			18,833.20

Quadro 8 Investimento Interno a Nível Provincial

Em milhões de MT	LeiRev. 2014	Lei . 2015
Total Provincias	5,242.5	5,507.5
Niassa	231.8	254.2
Cabo Delgado	315.4	365.8
Nampula	1,062.5	1,110.0
Zambezia	912.8	931.0
Tete	412.0	461.5
Manica	308.0	298.5
Sofala	693.7	728.7
Inhambane	240.7	296.1
Gaza	483.3	503.2
Maputo Provincia	415.4	352.7
Maputo Cidade	166.9	205.8
Distrital	3,415.9	3,635.1
Autárquico	1,132.0	1,137.6

Os critérios que serviram de base para afectar os recursos a nível das Províncias foram:

- Densidade Populacional 70%
- Índice Multidimensional da pobreza 30% que integra o nível de (consumo com um peso de 30%, água e saneamento com um peso de 30%, saúde 20% e Educação 20%).

Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 (PQG)

A alocação dos recursos do presente orçamento foi feita tendo em conta as cinco prioridades e os três pilares do PQG 2015-2019, tendo sido alocados cerca de 77,2% da despesa total, excluindo encargos da dívida, operações financeiras, subsídios às empresas e transferências correntes, conforme ilustra o quadro a seguir.

Quadro 9. Alocação as Prioridades e Pilares do Programa Quinquenal do Governo

Prioridades	Total	% Desp Total
Prioridade I - Consolidar a Unidade e a Paz e Reforçar a Soberania	1,725.87	1.0%
Prioridade II - Desenvolver o Capital Humano e Social	71,502.00	40.9%
Prioridade III - Promover o Emprego, a Produtiva e a Competividade	3,036.66	1.7%
Prioridade IV - Desenvolver Infraestruturas Económicas e Sociais	40,847.95	23.4%
Prioridade V - Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente	23,779.90	13.6%
Pilar I - Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização	31,518.16	18.0%
Pilar II - Ambiente Macro-económico Equilibrado e Sustentável	2,330.24	1.3%
Pilar III - Reforço da Cooperação Internacional	113.81	0.1%
Total (Exclui Encargos Gerais e Operações Financeiras)	174,854.59	77.2%

Défi ce Orçamental

O défi ce orçamental previsto para 2015 está estimado em 65.717,2 milhões de MT, o equivalente a 11,1% do PIB, um aumento de 0,5pp do PIB face à realização de 2014. Para a cobertura deste défi ce, o Governo vai recorrer as seguintes fontes de financiamento:

- Donativos externos: em 20.463,7 milhões de MT, o correspondente a 3,4% do PIB;
- Créditos Externos: em 36.070,9 milhões de MT, o equivalente a 6,1% do PIB;
- Crédito Interno: em 9.182,6 milhões de MT, ou seja, 1,5% do PIB, como resultado da redução da ajuda externa.

Fundo da Paz e Reconciliação Nacional

Criado pelo Decreto nº 72/2014 de 5 de Dezembro, o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, destina-se a financiar projectos económicos e sociais dos Combatentes, à título reembolsável. O mesmo Decreto extingue o Fundo de Inserção Social dos Combatentes e transita os recursos humanos, patrimoniais e financeiros para o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional.

O Fundo da Paz e Reconciliação Nacional tem como finalidade a materialização dos seguintes objectivos:

- Promover a criação de emprego para os Combatentes;
- Promover e apoiar iniciativas e projectos de desenvolvimento económico e social dos Combatentes;
- Fortalecer a capacidade de criação, implementação e gestão de negócios dos Combatentes;
- Capacitar os Combatentes em habilidades profissionais para melhorar a sua empregabilidade;
- Incentivar o associativismo nos Combatentes no desenvolvimento de actividades económicas.

A sede do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional localiza-se na Cidade de Maputo e desenvolve as suas actividades em todo o território nacional.

Caro Cidadão:

O Orçamento-Cidadão também se encontra disponível em www.dno.gov.mz.

As sugestões e críticas poderão ser dirigidas à:

- Secretaria Distrital que as canalizará à Direcção Provincial de Economia e Finanças;
- Direcção Provincial de Economia e Finanças que as canalizará à Direcção Nacional do Orçamento; ou
- Direcção Nacional do Orçamento, Av. Vladimir Lênine, 598 – 8º e 9º - Maputo – Moçambique. Telefones: (258) 21315263; 21327164 – Telefax: (258) 21327285 - email: contacto@dno.gov.mz ou dno.mz.contacto@gmail.com